

"Spread" menor reduz lucro dos bancos instalados no exterior

por Celso Pinto
de Nova York

A perspectiva de o Brasil obter melhores condições na próxima rodada de negociação externa colocou os bancos brasileiros com agências no exterior numa situação delicada. Quanto melhor for o resultado para o País, pior será o futuro para esses bancos.

Em Nova York, principal centro de operações externas dos bancos brasileiros, teme-se até mesmo a hipótese de o Brasil conseguir fechar o novo pacote com os bancos internacionais em condições idênticas às obtidas pelo México. "Se o 'spread' (taxa de risco) cair para muito menos de 1,25%, muitos bancos brasileiros terão simplesmente de fechar suas agências", disse um destes banqueiros a este jornal. O México conseguiu um "spread" de 1,125%.

O problema é que dos dezesseis bancos que hoje operam em Nova York, apenas um deles, o Safra, capta praticamente todos os recursos de que precisa junto ao público norte-americano, dadas as características legais peculiares de operação de sua agência. Os outros bancos captam os dólares necessários para o "funding" de suas aplicações basicamente junto ao mercado monetário de curtíssimo prazo, ou seja, no "overnight".

Exatamente por esta característica, quando o Brasil entrou em colapso na área externa, estes bancos tiveram seríssimos problemas de liquidez. Houve operações de ajuda feitas, de início, pelo Banco do Brasil e, mais tarde, a montagem de "redes de segurança", armadas por grandes bancos norte-

americanos, para evitar uma eventual falta de dinheiro para zephar a caixa.

LIQUIDEZ MELHOR

Hoje a situação de liquidez é muito melhor. A maioria dos bancos foi obrigada, desde o "setembro negro" de 1982, a reduzir substancialmente seus ativos em busca de liquidez. Em alguns casos, os ativos foram cortados em mais de 50%. "Foi uma boa lição", admite um banqueiro. "Hoje os bancos estão operando em bases muito mais adequadas."

Se a liquidez não preocupa mais, o custo passou a ser o novo motivo dos pesadelos destes banqueiros. Na época da euforia, quando o Brasil aceitava pagar "spreads" de até 2,5% e outras taxas de até 1,75%, o lucro destes bancos, ao aplicar recursos no Brasil, foi fantástico (o que levou a maioria deles a trocar a prudência pela ousadia, na alavancagem de aplicações).

Já na última rodada de negociações externas, a "fase 2", válida para este ano, o "spread" caiu para 2 e 2,125%, conforme a referência feita pela "prime rate" norte-americana, ou pela "Libor" londrina. Houve um natural estreitamento na margem de lucros destes bancos.

A maioria dos bancos, como é compreensível, aplica a quase totalidade de recursos no Brasil. Hoje já não interessa tanto fazer operações 63 (repasso de mais longo prazo para bancos do Brasil), dadas as

restrições legais. Os negócios, por esta razão, estão fortemente concentrados em financiamentos comerciais ou prefinanciamento para o exportador brasileiro, ou financiamento para o importador (e apenas neste caso não se trata de "risco Brasil").

LUCROS

Nestas operações comerciais de curto prazo, muitas vezes a trinta dias, a margem de lucro é normalmente pequena, de 0,25 a 0,5%. Mas há uma compensação pelo giro rápido dos recursos. Nos empréstimos a mais longo prazo, as condições de repasse têm de ser, necessariamente, idênticas às fixadas pelo Brasil nas negociações dos grandes "pacotes" fechados com os bancos internacionais.

O centro dos problemas é que, segundo um banqueiro, o custo da captação no "overnight" em Nova York tem ficado, em média, para os bancos brasileiros, num nível em torno de 1,25% acima da "Libor". Por enquanto, tem sido possível aos bancos brasileiros manter uma margem de lucros. A dúvida é saber o que poderá acontecer, caso o Brasil obtenha, na "fase 3", que será negociada a partir de outubro, "spread" de 1,125% e eliminação das outras taxas, como foi feito com o México.

Apesar da forte redução nos ativos, os bancos brasileiros ainda movimentam quantias substanciais em Nova York e em outros pa-

raíses fiscais como Grand Cayman, cujas operações são feitas via Nova York. Não há dados oficiais, mas uma estimativa extra-oficial de um dos bancos supõe que o Banco do Brasil tenha um "funding", girado praticamente dia a dia, no open market, ao redor de US\$ 2 bilhões; o Banespa, outro US\$ 1 bilhão; o Real, cerca de US\$ 800 milhões; o Comind, US\$ 500 milhões; o Itaú, US\$ 300 milhões; e o Safra US\$ 300 milhões (mas, neste caso, com recursos de depósitos e vendas de certificados no mercado interno americano).

RESERVAS

Recentemente, com a acelerada subida das reservas brasileiras, uma pequena parcela destes recursos, talvez menos de 10%, tem vindo do próprio Banco Central brasileiro. Estima-se que o Banco Central tenha aplicado no curtíssimo prazo cerca de US\$ 1,5 bilhão, através do Banco do Brasil. Outros recursos são deixados como reciprocidade nos bancos internacionais ou investidos em títulos. Nos últimos dois meses, o Banco Central tem aceitado repartir parte do dinheiro que deixa no Banco do Brasil com os outros bancos brasileiros em Nova York.

Nada disso, contudo, resolveria o problema de manter a margem de lucro, conforme as condições da "fase 3". Por esta razão, os bancos brasileiros já começaram a discutir a questão com o Banco Central.